

**GAZINCRED S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO,
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024**

GAZINCRED S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

**Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da GazinCred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (GazinCred) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as quais foram elaboradas de acordo com a legislação vigente, com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e Banco Central do Brasil – BACEN ou BCB, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A GazinCred S.A. foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, através do Ofício DEORF/GTCUR- 2010/01527 Carta Patente nº 0701370053 de 19 de março de 2010 por decisão do Departamento de Organização do Sistema Financeiro de 15/03/2010 e publicado no Diário Oficial da União no dia 17/03/2010.

A instituição tem por objetivo a realização de operações de financiamento para a aquisição de bens e serviços, financiamento de capital de giro, captação de recursos e outras operações permitidas às entidades da espécie.

Desempenho

No exercício de 2024 a GazinCred atingiu o montante de R\$ 403,7 milhões em liberações de crédito, 15,73% superior aos R\$ 348,8 milhões do exercício anterior.

Os ativos totais atingiram o montante de R\$ 295.035 mil em 31 de dezembro de 2024, crescendo 2,53% em relação a 2023 onde os ativos eram de R\$ 287.750 mil.

A GazinCred registrou um lucro de R\$ 32.582 mil em 2024, totalizando 31,39% a mais em relação ao exercício de 2023 onde o lucro foi de R\$ 24.798 mil.

Provisões

As provisões para devedores duvidosos totalizaram no exercício R\$ 27,3 milhões, 27,6% superior aos R\$ 21,4 milhões do ano anterior.

Negócios, Produtos e Serviços

Nossa estratégia de negócios está baseada na oferta de produtos financeiros desenvolvidos em função de um processo contínuo de identificação de necessidades dos clientes e sinergia com os negócios do Grupo Gazin. Assim, a GazinCred tem sua atuação voltada para soluções de crédito ligado ao consumo e apoio e gestão financeira de pessoas e empresas. Nesse sentido, seus principais produtos são: Empréstimo Pessoal - CP, Empréstimo Consignado setor público e setor privado, Crédito Direto ao Consumidor – CDC, Capital de Giro e Antecipação de Recebíveis. Para investidores ofertamos Letras de Câmbio, possibilitando ótimas alternativas de investimentos com rentabilidade e segurança. A Instituição exerce o controle dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam pró ativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados adequadamente.

Política de distribuição de dividendos

O estatuto social da GazinCred assegura aos acionistas, dividendos mínimos obrigatórios ou juros sobre o capital próprio, na forma da Lei 9.249 de 26/12/1995 no percentual mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações Assim, a distribuição feita é realizada na forma de juros sobre o capital próprio e dividendos.

Para o ano de 2024, foram distribuídos o montante total de R\$ 12.943 mil, sendo efetivamente pago neste período o valor de R\$ 1.941 mil de forma antecipada.

Agradecimentos

Agradecemos os nossos acionistas, clientes e correspondentes bancários pelo apoio e pela confiança que nos distinguem, às autoridades do Banco Central do Brasil ligadas as nossas atividades, aos auditores, consultores e prestadores de serviços pelos seus trabalhos e, especialmente aos nossos colaboradores pela dedicação durante este exercício.

Douradina, 26 de março de 2025.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Cotistas da
Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
Douradina - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



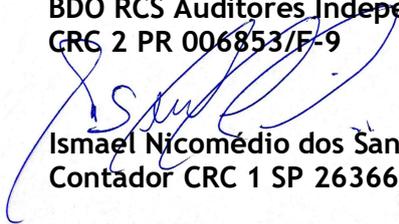
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Londrina, 26 de março de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PR 006853/F-9



Ismael Nicomedio dos Santos
Contador CRC 1 SP 263668/O-4 - S - PR

Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais

	Nota explicativa	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	26.425	41.313
Operações de crédito	4a	207.615	216.207
Provisão para perdas com operações de crédito	4a	(26.358)	(20.896)
Outros créditos		15.804	5.397
Total do ativo circulante		223.486	242.021
Não circulante			
Operações de crédito	4a	46.745	21.045
Provisão para perdas com operações de crédito	4a	(1.004)	(556)
Ativo fiscal diferido	5	11.402	8.843
Imobilizado em uso		285	111
Intangível	6	14.121	16.286
Total do ativo não circulante		71.549	45.729
Total do ativo		295.035	287.750
Passivo			
Circulante			
Depósito a vista	7b	3.158	1.913
Recursos de aceites cambiais	7a	62.466	49.793
Remuneração de capital a pagar	10	17.659	6.657
Tributos e contribuições a recolher	8	2.221	1.637
Obrigações sociais e trabalhistas		1.069	760
Outras contas a pagar	9	6.764	57.838
Total do passivo circulante		93.337	118.598
Não circulante			
Recursos de aceites cambiais	7a	43.457	30.854
Provisão para contingências	9	704	400
Total do passivo não circulante		44.161	31.254
Patrimônio líquido			
Capital social	11	89.800	89.800
Aumento de capital		-	-
Reserva de lucros		67.737	48.098
Total do patrimônio líquido		157.537	137.898
Total do passivo e patrimônio líquido		295.035	287.750
		295.035	287.750

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do resultado

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	2º semestre 2024	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2023
Receitas de intermediação financeira				
Operações de crédito	4d	54.824	101.808	78.425
Aplicações interfinanceiras de liquidez		2.786	5.182	4.789
		57.610	106.990	83.214
Despesas de intermediação financeira				
Operações de captação no mercado		(4.542)	(8.879)	(9.040)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4f	(12.658)	(24.767)	(22.588)
		(17.200)	(33.646)	(31.628)
		40.410	73.344	51.586
Resultado bruto da intermediação financeira				
Receitas/(despesas) operacionais				
Receitas de prestação de serviços		245	514	300
Despesas de pessoal	13a	(2.394)	(4.455)	(3.542)
Despesas administrativas	13b	(12.971)	(24.751)	(16.088)
Despesas tributárias	13c	(2.531)	(4.704)	(3.538)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13d	2.195	4.403	3.546
Resultado antes da tributação sobre o lucro		24.954	44.351	32.264
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	5b	(6.858)	(14.328)	(10.467)
Diferido		1.094	2.559	3.001
Lucro líquido do semestre/exercício		19.190	32.582	24.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do resultado abrangente

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2° semestre 2024	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Lucro líquido do semestre / exercício	19.190	32.582	24.798
Outros resultados abrangentes			
Resultado abrangente	19.190	32.582	24.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023 Em milhares de reais

	Nota explicativa	Capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Social	Legal	A distribuir			
Saldos em 31 de dezembro de 2022		69.800	5.960	37.006	-	-	112.766
Lucro do exercício		-	-	-	24.798	24.798	24.798
Destinações:							
Aumento de capital	10a	-	-	(11.834)	-	(11.834)	(11.834)
Reserva de lucros a distribuir	10b	20.000	-	15.726	(15.726)	20.000	20.000
Reserva legal	10b	-	1.240	-	(1.240)	-	-
Distribuição de Lucros e juros sobre capital próprio	10c	-	-	-	(7.832)	(7.832)	(7.832)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		89.800	7.200	40.898	-	-	137.898
Lucro do exercício		-	-	-	32.582	32.582	32.582
Destinações:							
Aumento de capital	10a	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros a distribuir	10b	-	-	18.010	(18.010)	-	-
Reserva legal	10b	-	1.629	-	(1.629)	-	-
Distribuição de Lucros e juros sobre capital próprio	10c	-	-	-	(12.943)	(12.943)	(12.943)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		89.800	8.829	58.908	-	-	157.537
Saldos em 30 de junho de 2024		89.800	7.200	49.823	-	-	146.823
Lucro do exercício		-	-	-	19.190	19.190	19.190
Destinações:							
Aumento de capital	10a	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros a distribuir	10b	-	-	9.085	(9.085)	-	-
Reserva legal	10b	-	1.629	-	(1.629)	-	-
Distribuição de Lucros e juros sobre capital próprio	10c	-	-	-	(8.476)	(8.476)	(8.476)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		89.800	8.829	58.908	-	-	157.537

As notas explicativas parte integrante das demonstrações financeiras.

Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais

	Nota explicativa	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais				
Resultado antes da tributação sobre o lucro do semestre/exercício		24.954	44.351	32.264
Ajustes ao lucro líquido do semestre/exercício				
Depreciação e amortização	13b	1.930	3.826	2.407
Provisão para litígios	9	196	304	22
Provisão líquida perdas com operações de crédito	4f	2.375	5.910	7.334
		29.455	54.394	42.027
Variações de ativos e obrigações				
(Aumento)/redução das contas de ativo / passivo				
Operações de crédito	4	(54.412)	(17.109)	(88.101)
Outros créditos		(13.071)	(10.549)	(4.556)
Recursos de aceites cambiais	7	30.420	26.521	27.292
Obrigações com pessoal		91	308	247
Obrigações tributárias	8	63	584	16
Outras contas a pagar		(14.240)	(51.072)	55.968
		(51.149)	(51.317)	(9.134)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.205)	(14.232)	(10.155)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(28.899)	(11.158)	22.725
Atividades de investimento				
Aquisições de imobilizado		72	(171)	(38)
Aquisições de imobilizado e intangível		(1.588)	(1.618)	(6.464)
Caixa líquido (consumido nas) atividades de investimento		(1.516)	(1.789)	(6.502)
Atividades de financiamento				
Distribuição de Lucros	11c	(1.271)	(1.941)	(1.081)
Caixa líquido proveniente de (consumido nas) atividades de financiamento		(1.271)	(1.941)	(1.081)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(31.686)	(14.888)	15.142
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	3	58.111	41.313	26.171
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	3	26.425	26.425	41.313
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(31.686)	(14.888)	15.142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Gazincred” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado sediada à Rodovia PR 082 - Km 01 em Douradina - Paraná, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). A Companhia iniciou suas atividades em 25 de março de 2010, através da autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil (BACEN), publicado no Diário Oficial da União no dia 17 de março de 2010; em 07 de outubro de 2021, a GazinCred realizou protocolo perante o Deorf sob NUP 18600.095262/2022-64, comunicando seu interesse na prestação de serviços de pagamento relativos às modalidades de emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamento pós-pago.

A Companhia tem por objeto a realização de operações de financiamento para a aquisição de bens e serviços, financiamento de capital de giro, emissão de moeda eletrônica e gestão de seu uso, emissão de instrumentos de pagamentos pré-pagos e/ou pós-pagos, atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários, e outras operações permitidas às entidades da espécie.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 26 de março de 2025.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais normas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF, e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Normativos emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

- A Resolução CMN nº 4.975/2021 estabelece critérios contábeis específicos para operações de arrendamento mercantil realizadas por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, alinhando as práticas contábeis dessas instituições às normas internacionais previstas no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16). A Resolução CMN nº 5.101/2023 introduziu alterações pontuais, especialmente relacionadas a ajustes na metodologia e esclarecimentos adicionais sobre o tratamento contábil e divulgação dessas operações; A adoção integral desses normativos é obrigatória a partir do exercício social iniciado em janeiro de 2025. A Administração da instituição encontra-se atualmente em processo de avaliação detalhada dos impactos decorrentes da implementação dessas resoluções sobre suas demonstrações financeiras e procedimentos contábeis internos.
- Resolução CMN nº 4.966/21: Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central publicou a Resolução CMN nº 4.966, que estabelece os conceitos e os critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos ativos financeiros, essa resolução sinaliza que CMN pretende que todas as instituições reguladas adotem o IFRS 9 até o fechamento do balanço 2025, Para cumprimento desta Resolução, a GazinCred S.A. elaborou e disponibilizou para o Banco Central do Brasil seu plano de implementação do normativo para o próximo ano. O detalhamento dos impactos da adoção inicial estão refletidos na nota explicativa nº17.

As principais políticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia são as seguintes:

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço por meio dos índices pactuados.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários - livres, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, calculados "pro rata" dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

(d) Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e a provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificados de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis distintos, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) de perda.

As rendas das operações de crédito, arrendamento mercantil e de outros créditos vencidas há mais de 59 dias, independentemente do nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando há amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem mudanças do nível de risco, conforme previsto na Resolução nº 2.682 do CMN. As renegociações de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H". A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise das operações efetuada pela administração para concluir quanto ao valor necessário para cobrir a carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa. A composição da referida provisão está apresentada na Nota 4.

(e) Ativo permanente

No imobilizado estão registrados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, pelo custo de aquisição deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil dos bens, como segue: Instalações, Móveis e Equipamentos e Sistema de Comunicação - 10%; Equipamentos de Informática - 20%.

A Administração da Companhia entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência.

O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, estão registrados os valores relativos a Softwares, demonstrado ao custo, que é amortizado pelo método linear com base em taxas anuais que contemplam a vida útil - 20%.

(f) Demais ativos circulantes e não circulante

Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias (em base "pro rata" dia) e cambiais incorridos. Quando aplicável, foram constituídas provisões para ajuste ao valor justo.

(g) Passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos (em base "pro rata" dia) e cambiais incorridos, se aplicável.

(h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi calculada pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 e a Contribuição Social Sobre líquido foi calculada também pela alíquota de 15%. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e por adições temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022, considerando as suas perspectivas de recuperação e estão registrados no ativo (nota explicativa nº 5).

(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta Circular nº 3.429/10, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

(j) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas com operações de crédito, provisões para causas judiciais. Os resultados efetivos podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

(k) Impairment

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido.

Essas provisões são reconhecidas no resultado do período. A Companhia efetua periodicamente a avaliação dos bens sujeitos aos testes de *impairment*.

(l) Resultado recorrente e não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram identificados os eventos não recorrentes.

3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	<u>31 de dezembro de</u> <u>2024</u>	<u>31 de dezembro de</u> <u>2023</u>
Disponibilidades	5.197	3.746
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	21.228	37.567
	<u>26.425</u>	<u>41.313</u>

(a) As aplicações financeiras são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com rendimento médio de 106% do CDI (2023 - 100%).

4 Operações de crédito

(a) Composição e concentração da carteira por operações

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Operações de crédito		
Títulos descontados	56.375	51.617
Empréstimo pessoal - Consignado	41.403	35.331
Crédito direto ao consumidor (CDC)	8.297	70.569
Empréstimo pessoal	109.513	74.456
Capital de giro	38.772	5.279
Total das operações de crédito	254.360	237.252
Circulante	207.615	216.007
Não circulante	46.745	21.045
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - circulante	(26.358)	(20.896)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - não circulante	(1.004)	(556)
Total da provisão para perdas com operações de crédito	(27.362)	(21.452)
	226.998	215.800
Circulante	181.257	195.311
Não circulante	45.741	20.489

(b) Composição da carteira de operações por vencimento

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Vencidos	19.963	16.622
A vencer	234.397	220.630
Até 3 meses	90.167	101.709
3 a 12 meses	97.486	97.843
1 a 3 anos	42.092	18.192
3 a 5 anos	3.787	2.378
Acima de 5 anos	865	508
	254.360	237.252

(c) Concentração do risco de crédito

Níveis	% de provisão	Curso normal	31 de dezembro de 2024		
			Vencidas	Valor Total	Provisão
A	0,5	186.306	-	186.306	(6.592)
B	1	33.413	702	34.115	(341)
C	3	5.038	1.022	6.060	(182)
D	10	2.376	1.145	3.521	(352)
E	30	1.769	1.467	3.236	(971)
F	50	1.238	1.597	2.835	(1.417)
G	70	887	1.712	2.599	(1.819)
H	100	3.370	12.318	15.688	(15.688)
Total		234.397	19.963	254.360	(27.362)

31 de dezembro de 2023

Níveis	% de provisão	Curso normal	Vencidas	Valor Total	Provisão
A	0,5	186.493	-	186.493	(4.939)
B	1	16.221	1.180	17.401	(174)
C	3	7.141	1.106	8.247	(247)
D	10	2.825	1.306	4.131	(413)
E	30	2.994	1.610	4.604	(1.381)
F	50	1.328	1.386	2.714	(1.356)
G	70	948	1.453	2.401	(1.681)
H	100	2.680	8.581	11.261	(11.261)
Total		220.630	16.622	237.252	(21.452)

(d) Composição das receitas de operação de crédito

	2º semestre de 2024	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Receita de operações de crédito			
Empréstimos ^(a)	49.283	89.848	63.308
Títulos descontados ^(b)	2.715	5.865	8.625
Financiamentos ^(c)	2.826	6.095	6.492
Total das receitas de operações de crédito	54.824	101.808	78.425

(a) Empréstimos a pessoas físicas, sem vinculação à aquisição de bens ou serviços, mediante a disponibilização de recursos ao tomador para livre utilização; Operações de empréstimos pessoais com desconto em folha de pagamento e sem destinação específica quanto ao uso dos recursos contratados.

(b) Adiantamento de recursos a pessoas jurídicas vinculado à receita futura de duplicatas mercantis e outros recebíveis (exceto cheques e faturas de cartão de crédito).

(c) Operações de crédito destinadas ao financiamento.

(e) Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Rural	322	345
Indústria	41.522	39.273
Comércio	43.157	10.274
Pessoas físicas	163.092	183.664
Serviços	6.267	3.696
	254.360	237.252

(f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:

	2º semestre 2024	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Saldo inicial	(24.987)	(21.452)	(14.118)
Constituição	(12.658)	(24.767)	(22.588)
Baixas de créditos contra prejuízo	10.283	18.857	15.254
Saldo final	(27.362)	(27.362)	(21.451)

(g) Operações renegociadas e recuperadas

Os créditos renegociados durante o semestre findo 31 de dezembro 2024 foram de R\$ 4.212 (R\$ 3.510 em 31 de dezembro de 2023).

No semestre, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no valor de R\$2.026 (R\$ 2.212 em 31 de dezembro de 2023), cujo valor está registrado em "Outras receitas operacionais, líquidas" no resultado do semestre.

5 Ativo fiscal diferido

Ativo fiscal diferido

A GazinCred reconhece o efeito fiscal decorrente de diferenças temporárias de provisões para perda esperadas associadas ao risco crédito, provisões passivas e prejuízo fiscal, observando os critérios determinados na Resolução CMN nº 4.842/2020.

(a) Composição do ativo fiscal diferido

Descrição	Saldo 1º janeiro de 2024	Constituições	Realizações	Saldo 31 de dezembro de 2024
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.581	9.907	(7.543)	10.945
Provisão para litígios	160	154	(33)	281
Provisão para participação nos lucros	102	357	(283)	176
Total	8.843	10.418	(7.859)	11.402

Descrição	Saldo 1º janeiro de 2023	Constituições	Realizações	Saldo 31 de dezembro de 2023
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.647	9.035	(6.102)	8.581
Provisão para contingência	151	101	(92)	160
Provisão para participação nos lucros	43	238	(178)	102
Total	5.841	9.374	(6.372)	8.843

(b) Expectativa de realização do ativo fiscal diferido

Por meio dos estudos realizados pela administração a Companhia terá capacidade de gerar lucros tributáveis nos próximos anos para compensar os créditos tributários atualmente existentes. A expectativa de realização dos créditos tributários na posição de 31 de dezembro de 2024 está descrita no quadro abaixo:

Expectativa de realização do credito tributario	Saldo em Balanço	Atualização a valor Presente	Selic Estimada
Execicio de 2025	5.511	4.792	15,00%
Execicio de 2026	3.880	3.065	12,50%
Execicio de 2027	1.811	1.352	10,25%
2028 em diante	200	150	10,00%
Total	11.402	9.359	

(c) Reconciliação da alíquota efetiva

Descrição	2 ° semestre	31 de	31 de
	2024	dezembro	dezembro
	IRPJ/CSLL	de 2024	de 2023
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	24.954	44.351	32.264
Alíquotas nominais	40%	40%	40%
IRPJ e CSLL calculados às Alíquotas nominais	(9.982)	(17.740)	(12.906)
Exclusões / (Adições) permanentes, líquidas			
Diferença de alíquota	-	-	-
Tributos do ano anterior registrados no exercício corrente	-	-	-
Juros sobre capital próprio	3.390	5.177	3.133
Incentivo fiscal (P&D)	846	846	2.173
Outros	(18)	(52)	134
Encargo fiscal	(5.764)	(11.769)	(7.466)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.858)	(14.328)	(10.467)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.094	2.559	3.001
Alíquota efetiva	23%	27%	23%

6 Intangível

	Sistemas de processamento de dados	Sistemas em desenvolvimento (a)	Total
31 de dezembro de 2022			
Custo	11.984	511	12.495
Amortização acumulada	(288)	-	(288)
Saldo contábil líquido	11.696	511	12.207
Saldo inicial	11.696	511	12.207
Adições	155	6.975	7.130
Reclassificação	-	-	-
Amortizações no período	(2.385)	-	(2.385)
31 de dezembro de 2023			
Custo	11.984	6.975	18.959
Amortização acumulada	(2.673)	-	(2.673)
Saldo contábil líquido	9.311	6.975	16.286
Saldo inicial	9.311	6.975	16.286
Adições	-	1.618	1.618
Reclassificação	6.975	(6.975)	-
Amortizações no período	(3.784)	-	(3.784)
31 de dezembro de 2024			
Custo	18.959	1.618	20.577
Amortização acumulada	(6.457)	-	(6.457)
Saldo contábil líquido	12.502	1.618	14.121

(a) Sistemas em desenvolvimento

Em 16 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil concedeu a Gazincred autorização para operar uma conta de Liquidação - IF não Bancária e atuar como emissora de moeda eletrônica. Em fevereiro de 2023 ocorreu o lançamento oficial do aplicativo "GazinBank", que desde então está disponível nas lojas App Store e Play Store.

Ainda em 2023 foi lançada a fase 2 do aplicativo, com a inclusão gradativa de novas funcionalidades ao longo desse ano e do ano seguinte. Em maio de 2024 iniciou-se a fase 3, destacando-se as funcionalidades de cartão de crédito e DDA. O cartão de crédito entrou em produção assistida em 13 de dezembro de 2024, disponível exclusivamente para funcionários do grupo Gazin.

O período considerado para amortização é de cinco anos.

7 Captações

As captações referem-se a títulos de letra de câmbio (LC GazinCred), cuja remuneração é de 103% a 115% do CDI (103% do CDI a 115% do CDI em 2024) e cujos vencimentos são até 2027.

(a) Recursos de aceites cambiais

Demonstramos abaixo a segregação dos recursos de aceites cambiais desdobrados em sociedades ligadas e clientes sem ligação com a GazinCred, operação pós fixada atrelada a CDI e pré-fixada.

	<u>31 de dezembro 2024</u>	<u>31 de dezembro de 2023</u>
De terceiros	26.408	18.377
De partes relacionadas (Nota 13)	79.515	62.270
Total	<u>105.923</u>	<u>80.647</u>
Circulante	62.466	49.793
Não circulante	43.457	30.854

(b) Depósito à vista

Em 31 de dezembro de 2024, havia 55.440 contas ativas (30.539 em 31 de dezembro de 2023) e juntas elas somavam um saldo de livre movimentação de R\$ 3.158 (R\$ 1.913 em 31 de dezembro de 2023).

(c) Despesas de atualização

Demonstramos abaixo os valores de despesas de atualização do período:

	<u>2º semestre de 2024</u>	<u>31 de dezembro de 2024</u>	<u>31 de dezembro de 2023</u>
Recursos de aceites cambiais	(4.496)	(8.786)	(8.962)
Outros	(46)	(93)	(78)
	<u>(4.542)</u>	<u>(8.879)</u>	<u>(9.040)</u>

8 Tributos e contribuições a recolher

	<u>31 de dezembro 2024</u>	<u>31 de dezembro de 2023</u>
Imposto de renda a pagar	817	720
Contribuição social a pagar	413	377
PIS a recolher	68	48
Cofins a recolher	419	295
Outros	504	197
	<u>2.221</u>	<u>1.637</u>

9 Provisão para contingências

i) Trabalhistas

Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos internos e externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos, conforme aplicável.

Não existem processos classificados pela Administração como passivos contingentes trabalhistas.

ii) Cíveis

São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de consignado. São efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos.

A Companhia possui cinquenta processos classificados pela Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, como litígios com probabilidade de perda provável, no montante de R\$ 704 (R\$ 400 em 2023).

	Provisão
Saldo em 31 de dezembro de 2022	378
(+) Constituição de provisão	22
Saldo em 31 de dezembro de 2023	400
(+) Constituição de provisão	304
Saldo em 31 de dezembro de 2024	704

iii) Tributárias

Pela complexidade do sistema tributário brasileiro gera discussões neste âmbito por diferentes interpretações e entendimento da legislação a contingências são provisionadas com análise de cada discussão e seu estágio atual e com parecer dos consultores jurídico externos.

Não existem processos classificados pela Administração como passivos contingentes tributários.

iv) Perdas Possíveis

Não existem processos classificados como risco possíveis, todos os processos ativos têm probabilidade de perda definida como provável.

10 Remuneração de capital a pagar

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Mário Valério Gazin	1.766	666
Jair José Gazin	1.766	666
Antônio Roberto Gazin	1.766	666
Rubens Gazini	1.766	666
Cecília Domingues Gazin	1.766	666
Elise Maria Custódio Gazin	1.766	666
Maria Luzinira da Silva Gazin	1.766	665
Maria Aparecida Gazin da Silva	1.766	665
Hercelina dos Santos Gazini	1.766	665
Outros	1765	666
	17.659	6.657

11 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é representado por 89.800.000 (2023 - 89.800.000) de ações nominativas com valor nominal de 1,00 cada.

Através da ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2023, e homologada pelo Banco Central do Brasil em 6 de junho de 2023, foi aprovado pelos acionistas o aumento do capital no valor de R\$ 20.000 valor composto por R\$ 8.166 dividendo e JCP a pagar registrado no passivo da Companhia e R\$ 11.834 de Reservas de lucros. O capital social anterior totalmente subscrito e integralizado de R\$ 69.800 passa a ser de R\$ 89.800 mediante a emissão de 20.000.000 ações ordinárias nominativas de igual valor para cada um dos acionistas.

(b) Reservas de lucros

O saldo de reservas de lucros em 31 de dezembro de 2024 é formado pelas reservas legal e reservas especiais de lucros.

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social determina que a importância para distribuição do dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, na forma da Lei nº 9.249/95, aos acionistas, por percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Assim, a distribuição feita é realizada na forma de juros sobre o capital próprio. Para o ano de 2024, foram distribuídos o montante total de R\$ 12.943 (2023 R\$ 7.832), desse montante teve um valor adicional aprovado de R\$ 4.798 (2023 R\$ 1.942), sendo efetivamente pago neste período o valor de R\$ 1.941 (2022 R\$ 1.081).

12 Transações entre partes relacionadas

(a) Saldos e operações

Os valores abaixo se referem às transações da Companhia com partes relacionadas ocorridas no exercício. As taxas utilizadas nessas operações são taxas usuais de mercado nas datas das transações.

	<u>31 de dezembro de 2024</u>	<u>31 de dezembro de 2023</u>
Recursos de aceites cambiais (Nota 7)		
Pessoas físicas	38.429	36.191
Gazin Ind. e Com. de Móveis e Eletrodomésticos Ltda.	36.766	12.255
Gazin Indústria de Colchões Ltda.	4.320	13.823
	<u>79.515</u>	<u>62.269</u>

(b) Despesas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), referentes a emissão de títulos de letra de câmbio (LC GazinCred - nota explicativa nº 7), não havendo diferenciação quanto àquelas ofertadas a terceiros. Outras transações com partes relacionadas envolvem o pagamento de comissões sobre prospecção de novos clientes para a linha de crédito pessoal e assessoria administrativa. O gasto está registrado no resultado, em grupo de despesas administrativas e totalizou R\$ 10.897 em 2024 (2023 - R\$ 5.871) no 2º semestre de 2024, totalizou R\$ 5.560 (2023 - R\$ 3.132).

(c) Remuneração do pessoal-chave da administração

	<u>2º semestre 2024</u>	<u>31 de dezembro 2024</u>	<u>31 de dezembro 2023</u>
Salários e ordenados	(169)	(269)	(368)
INSS e FGTS	(34)	(54)	(74)
	<u>(203)</u>	<u>(323)</u>	<u>(442)</u>

13 Despesas operacionais

(a) Despesas com pessoal

	2º semestre 2024	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2023
Salários, incentivos e pró-labore	(1.085)	(2.004)	(1.669)
Ass. Médica, seguros e vale alimentação	(676)	(1.263)	(894)
FGTS	(73)	(138)	(105)
INSS	(267)	(499)	(414)
Férias e 13º salário	(293)	(551)	(460)
	(2.394)	(4.455)	(3.542)

(b) Despesas administrativas

	2º semestre 2024	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Despesas de processamento de dados	(5.365)	(10.487)	(5.029)
Despesas com comissões(*)	(4.347)	(8.142)	(5.990)
Despesas com aluguéis	(6)	(11)	(11)
Despesas de comunicação	(11)	(24)	(584)
Despesas de publicações	(9)	(26)	(15)
Despesas do serviço financeiro	(119)	(231)	(205)
Despesas com serviços técnicos especializados	(215)	(395)	(440)
Despesa de propaganda e publicidade	(231)	(451)	(652)
Despesas de viagens no país	(39)	(65)	(17)
Despesas com depreciação e amortização	(1.930)	(3.825)	(2.407)
Despesas com taxas de registro	(5)	(16)	(18)
Despesas com contenciosos	(324)	(360)	(27)
Participação dos empregados no resultado	(149)	(322)	(246)
Consulta birô de crédito	(49)	(92)	(95)
Outras despesas administrativas	(172)	(304)	(352)
Total	(12.971)	(24.751)	(16.088)

(*) Neste montante está registrado o gasto com comissões sobre a prospecção de novos clientes da linha de crédito pessoal. O percentual em cada transação é estabelecido em 6%, com base em contrato pactuado entre as partes.

(c) Despesas tributárias

	2º semestre 2024	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
ISSQN	(13)	(26)	(15)
PIS	(352)	(654)	(492)
COFINS	(2.166)	(4.024)	(3.031)
	(2.531)	(4.704)	(3.538)

(d) Outras receitas operacionais, líquidas

	2º semestre 2024	31 de dezembro 2024	31 de dezembro de 2023
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	2.027	4.213	3.510
Outras rendas	168	190	36
Total	2.195	4.403	3.546

14 Limite operacional - Acordo da Basileia

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.192/13 e alterações posteriores, estabeleceu a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência e, através da Resolução nº 4.193/13 e alterações posteriores, dispôs sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). De acordo com a metodologia de cálculo, o Índice de Basileia para 31 de dezembro de 2024 com base no conglomerado prudencial é 27,54% (31 de dezembro de 2023 - 32,87%).

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Patrimônio de referência (PR)	151.197	119.901
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	548.585	364.737
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	27,56%	32,87%
Imobilizado para cálculo do limite	15.291	15.539
Índice de imobilização (limite 50%) %	10,11	12,96%

15 Gerenciamento de riscos e capital

(a) Análise de sensibilidade

A Administração informa que a Companhia não está exposta a instrumentos financeiros não evidenciados em suas demonstrações financeiras, como operações com derivativos, mercados futuros, opções ou contratos a termo.

Neste contexto, os instrumentos financeiros representados pelos recursos em disponibilidades e aplicados em títulos de liquidez estão sujeitos apenas às condições de mercado relacionadas às taxas de juros e aos indexadores, o que minimiza os impactos de possíveis variações nas taxas de juros ou no CDI.

No que tange aos instrumentos financeiros expostos a taxas de juros ou indexados à variação do CDI, ressalta-se que a oscilação na taxa de juros pode impactar os resultados futuros da Companhia.

A seguir, apresentamos os impactos consolidados que seriam gerados pela variação nas taxas de juros às quais a Companhia está exposta, líquidos dos efeitos tributários:

Risco de Oscilação em Taxas de Juros Variáveis - CDI

Instrumento	Risco	Taxa Atual	Taxa Provável	+10%	-10%
Ativo	CDI % a.a	10,88%	15%	16,50%	13,50%
Aplicações Financeiras	26.425	2.875	3.964	4.360	3.567
Impacto Potencial			1.089	1.485	692
Passivo	CDI % a.a	10,88%	15%	16,50%	13,50%
Captações	105.923	11.524	15.888	17.477	14.300
Impacto Potencial			4.364	5.953	2.775

(b) Risco de crédito

A Companhia implantou a sua estrutura de gerenciamento de risco de crédito em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17 e utiliza-se do conjunto de políticas e normativos internos que visam administrar e mitigar a exposição da Companhia, por meio de metodologia avalizada pela alta administração.

O gerenciamento do risco de crédito está sob a responsabilidade da área de Riscos e controles internos, área segregada das unidades de negociação, de concessão de crédito e da administração de recursos, com autonomia para medição, análise, controle e reporte dos riscos.

(c) Risco operacional

A Companhia implantou a estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17.

A estrutura de gerenciamento de risco tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos associados aos processos do negócio, com apoio de políticas e normativos internos, visando administrar e mitigar a exposição da Companhia por meio da efetividade do controle das atividades dos processos com maior potencial de risco.

(d) Risco de mercado

A Companhia implantou a sua estrutura de gerenciamento de risco de mercado em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17.

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado está integrada à área de Riscos e controles internos e tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos, com apoio do sistema de risco de mercado e do conjunto de políticas que visam administrar e mitigar a exposição da Companhia, por meio de metodologia avalizada pela alta administração. A definição de funções segregadas entre a área tomadora de risco e a área de gerenciamento de risco tem por finalidade a autonomia para realização da medição, análise, controle e reporte dos riscos.

(e) Risco de liquidez

A Companhia implantou a sua estrutura de gerenciamento de risco de liquidez em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com a natureza das operações e complexidade dos produtos está integrada à área de Riscos e controles internos e tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos, com apoio do Sistema operacional e do conjunto de políticas que visam administrar e mitigar a exposição da Companhia.

A Companhia emprega uma política conservadora na administração do risco de liquidez, observando os diferentes impactos em moedas e cenários macroeconômicos e de "estresse" que possam alterar sua disponibilidade de recursos junto ao mercado financeiro.

A gestão de risco de liquidez é pauta recorrente do Comitê de gestão, onde são discutidos eventuais descasamentos entre pagamentos e recebimentos a fim de manter a liquidez da Companhia dentro dos parâmetros definidos pela alta administração.

(f) Gerenciamento de capital

A Companhia adotou uma estrutura de gerenciamento de capital em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, compatível com a sua estratégia de atuação, a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a riscos.

O gerenciamento de capital está alinhado aos objetivos estratégicos da Companhia, abrangendo as áreas envolvidas na identificação e avaliação dos riscos relevantes às suas operações e com o estabelecimento de mecanismos para o monitoramento do capital, visando a sua adequação às exigências de capital regulatório, bem como a cobertura necessária de capital em face aos riscos a que a Instituição está exposta.

16 Eventos subsequentes

Não houve fatos ocorridos subsequentemente a data de encerramento do exercício que possam ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seu resultado futuro.

17 Impactos adoção inicial Resolução CMN nº 4966

Nas demonstrações financeiras preparadas até esta data, as normas e interpretações a seguir, com data de adoção efetiva posterior a 31 de dezembro de 2024 e ainda não adotadas pelo Gazin Cred S. A., incluem a Resolução CMN nº 4.966 de 25 de novembro de 2021, a Resolução BCB nº 352 de 23/11/2023 e quaisquer normas complementares.

Em novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a Resolução CMN nº 4.966/21, a qual introduz novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros, alinhadas aos princípios estabelecidos na norma internacional IFRS 9, substituindo normas anteriores (Resolução CMN nº 2.682/99 e circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/03). Esta nova regulamentação impacta principalmente a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e provisões para créditos de liquidação duvidosa, passando a utilizar o conceito de perda esperada ao invés de perdas incorridas.

Principais mudanças:

Títulos e valores mobiliários

Com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966/2021, houve uma mudança na classificação dos títulos e valores mobiliários no Brasil. Antes, a Circular nº 3.068/2001 estabelecia três categorias: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Agora, a classificação passa a ser baseada em dois critérios principais: o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros e as características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos.

Dessa forma, os ativos financeiros passaram a ser classificados em três novas categorias:

- Custo amortizado (CA);
- Valor justo por outros resultados abrangentes (VJORA);
- Valor justo no resultado (VJR).

Classificação dos Ativos Financeiros:

- Custo Amortizado (CA): Ativos geridos para recebimento de fluxos de caixa contratuais de principal e juros.
- Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Ativos geridos tanto para venda quanto recebimento de fluxos contratuais.
- Valor Justo por Resultado (VJR): Demais ativos que não atendam às classificações acima.

Método da Taxa Efetiva de Juros (TEJ): Obrigatório para ativos e passivos financeiros classificados em custo amortizado a partir de janeiro de 2025, exceto contratos firmados até dezembro de 2024.

Modelo de Perda Esperada: A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece um novo conceito para o cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Conforme a classificação no segmento prudencial, as instituições financeiras devem adotar a metodologia simplificada ou a metodologia completa para avaliar as perdas. A Gazincred S.A, classificada no segmento S4, deve adotar a metodologia simplificada.

- Substitui o modelo atual de perdas incorridas.
- Classifica as operações em três estágios de risco:
 - Estágio 1 (Operações normais): perda esperada para 12 meses.
 - Estágio 2 (Risco aumentado): perda esperada para toda a vida (Lifetime), atraso superior a 30 dias ou risco significativo identificado.
 - Estágio 3 (Default): perda esperada Lifetime, atraso superior a 90 dias, falência, recuperação judicial, entre outros critérios.

Impacto Financeiro: Estimativa de redução no patrimônio líquido em aproximadamente R\$ 2.200 líquidos de impostos.

Tratamento Tributário (Lei nº 14.467/22):

- Mudança nas regras de dedutibilidade fiscal para créditos inadimplidos (atrasos acima de 90 dias).
- Novas regras para falência, recuperação judicial e recuperação de créditos.
- Ativos fiscais diferidos acumulados até 2024 terão dedutibilidade gradual a partir de janeiro de 2026.

Essas alterações têm aplicação obrigatória a partir de janeiro de 2025 e buscam maior precisão na mensuração de provisões e alinhamento às práticas contábeis internacionais.

* * *